

--- No dia onze de junho de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e seis minutos, reuniu, no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pelo deputado municipal Aquilino José Marques Ventura, com a presença dos seguintes deputados municipais:-----

PS - Partido Socialista-----

Daniel Vitorino Bernardo Lima -----
João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira -----
Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo -----
Carla Sofia do Carmo Pires -----
Algmar Welker Branco Salomão -----
Eunice Filipa Alexandre Camilo Ramos Proença -----
Inês Falcão da Costa Morgado -----
Isabel Cristina Carapeta Gomes -----
João Filipe de Jesus Pinto-----
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão -----
João Paulo Afonso Barandas -----
Ana Filipa Vicente da Conceição Pinto Pereira -----
José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro -----
Pedro Moreso Sampaio Villa Simões -----
Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas) -----
Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Loures)-----
Horácio Rodrigo Cabral Narciso (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----
Tiago Filipe Vaz Batista (em substituição do Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela) -----
Judite Brás Reis Gonçalves (em substituição do Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho)-----
Samuel David dos Santos Saldanha (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela) -----
Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas) -----

CH - Chega -----

Aquilino José Marques Ventura -----

Inês Carvalho dos Santos -----

Duarte Miguel Monge Correia -----

Luís António Gomes Rainho -----

Sandra Maria Cardoso Mota Pastor -----

Marco José Dias Raimundo -----

Sónia Alexandra Canova Magalhães Coelho Coimbra Arede -----

José António Santana Alferes Neves Grossinho -----

PPD/Partido Social Democrata-----

Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel -----

Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----

Armando Manuel Pedroso Militão -----

João Maurício Pereira -----

Sónia Marisa Madeira Antunes Martins -----

Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Tânia Cristina Mateus Costa -----

Maria de Fátima Amaral -----

Bruno Alexandre Caçador Simão -----

Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade -----

Maria Cristina Jorge Dinis Brosque (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões)-----

José Júlio dos Santos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

BE - Bloco de Esquerda -----

Rita Lage Sarrico -----

IL – Iniciativa Liberal -----

Luis Armando Medeiros Martins -----

--- Concluída a chamada, com a presença de 43 deputados municipais e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO PRÉVIO

- No início da sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, Aquilino José Marques Ventura, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal *Youtube* da Câmara Municipal de Loures. -----

- Foi igualmente dado conhecimento a todos os deputados municipais que foi disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão da Assembleia Municipal a correspondência recebida desde sete de maio até dia nove de junho de dois mil e vinte e seis, bem como a Proposta n.º 313 - Relatório de Execução do PPRGCIC - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal, referente ao ano de 2025. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, informou ainda que deu entrada na Mesa um requerimento da coordenadora da Comissão de Ambiente, Energia e Mobilidade, Rita Lage Sarrico, o qual nos termos regimentais aplicáveis (de acordo com o n.º 2 e n.º 3 do artigo 17.º) foi remetido ao Executivo para competente resposta. O requerimento solicita informação sobre a ocupação ilegal de terreno e depósito de materiais betuminosos na freguesia de Camarate – atuação da empresa Alves Ribeiro, S.A. -----

- Foi transmitido que por ausência da Presidente da Assembleia Municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador, a Mesa ficaria com a seguinte constituição: -----

- Presidente da Mesa, em exercício: Aquilino José Marques Ventura -----
- Primeira Secretária da Mesa, em exercício: Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----
- Segunda Secretária da Mesa, em exercício: Isabel Cristina Carapeta Gomes, por indicação do Partido Socialista. -----

Tomaram posse perante a Assembleia Municipal:-----

- Pedro Moreso Sampaio Villa Simões, em substituição de Susana de Fátima Carvalho Amador, do PS. -----

- José António Santana Alferes Neves Grossinho, em substituição de António José Mendes Firmino, do CH. -----

- Sónia Marisa Madeira Antunes Martins, em substituição de Jorge Manuel Lopes Antunes, do PPD/PSD. -----

- Maria Cristina Jorge Diniz Brosque, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões, Jorge Manuel Duarte Simões. -----

- De imediato passou-se à aprovação das seguintes atas: -----

- **Ata n.º 9 (Reunião realizada em 19.02.2026)** - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 42 PRESENCAS. -----

- **Aprovação da ata n.º 10 (Sessão realizada em 26.03.2026)** - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 42 PRESENCAS. -----

- **Aprovação da ata n.º 11 (Sessão realizada em 25.04.2026)** - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 42 PRESENCAS. -----

- Por a sessão ter iniciado mais tarde que as anteriormente realizadas e devido ao adiantar da hora, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, propôs ao plenário que o “Período de Intervenção do Público” tivesse início antes do “Período de Antes da Ordem do Dia”. Tendo obtido a concordância de todos os presentes, passou-se de imediato ao “Período de Intervenção do Público”. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (21h10)** -----

--- Neste período, foi informado que existiam três (3) munícipes inscritos, tendo seis minutos para intervir cada um. -----

- Para o efeito, intervieram: -----

- Mário Jesus Lopes, informou de que em Moscavide e Portela, a recolha de monos estava a ser efetuada nos horários adequados. Considerou Moscavide um exemplo a seguir, salientando que a freguesia dispõe apenas de uma viatura para servir duas localidades, mas que, graças ao esforço e dedicação dos trabalhadores, o serviço funciona de forma eficiente. Acrescentou que mantém contacto diário com os funcionários da secretaria para que Moscavide continue a ser uma referência. -----

Dirigiu ainda uma palavra de reconhecimento ao Presidente Ricardo Lima, considerando-o merecedor de elogios, sem esquecer o papel dos funcionários, cuja exigência e empenho também considerou fundamentais. -----

Relativamente aos SIMAR, afirmou que as taxas cobradas, especialmente as relacionadas com resíduos sólidos, lhe pareciam elevadas, chegando a ultrapassar o

valor pago pelo consumo de água. Aproveitou para denunciar a existência de um buraco na Avenida de Moscavide, junto à Pastelaria Rita. Explicou que, ao dirigir-se ao centro de saúde, verificou que o buraco continuava por reparar, apesar de já ter comunicado a situação à junta de freguesia três dias antes. Referiu ainda que lhe tinha sido transmitida a informação de que uma senhora teria caído naquele local, questionando quem assumiria a responsabilidade em caso de acidente. Defendeu que os SIMAR têm a obrigação de repor as condições de segurança dos espaços intervencionados. -----
Sublinhou a importância da Avenida de Moscavide, que classificou como uma das mais conhecidas avenidas do país e um importante espaço comercial a céu aberto, considerando que merece ser devidamente cuidada e mantida, até porque os contribuintes pagam os seus impostos e taxas. Deixou, por isso, um apelo à Assembleia para que a situação fosse resolvida. -----

- Carlos Adelino da Silva, começou por dizer que se encontrava triste, pois considerava estar a fazer algo que classificou como uma delação dirigida a um autarca, concretamente ao presidente da Junta de Freguesia de Camarate, Unhos e Apelação. Explicou que, ao inscrever-se para intervir, tinha entregue os motivos da sua intervenção e fotografias destinadas a esclarecer o Presidente da Mesa sobre a situação que pretendia expor. -----

Referiu que, no seu entendimento, um autarca é eleito para defender os interesses da freguesia e o bem-estar da população. Acusou o presidente da junta de se recusar a cumprir aquilo para que foi eleito e, simultaneamente, de não assumir as responsabilidades que lhe cabem enquanto representante da Proteção Civil. Indicou ainda que, apesar da ausência do presidente da junta naquela sessão, estava presente um representante da freguesia. -----

Disse que pretendia reproduzir um pequeno excerto áudio de uma reunião da Assembleia de Freguesia, onde havia apresentado o problema em causa e recebido uma resposta do presidente da junta, de forma a demonstrar que não estava a faltar à verdade. No entanto, não tendo sido autorizada a reprodução do áudio, por parte da Mesa da Assembleia Municipal, lamentou que as palavras não pudessem ser ouvidas diretamente. -----

Explicou que já tinha apresentado aquele problema diversas vezes, considerando-o particularmente grave por existir há várias décadas. Entendeu que a sua persistência fez com que a população se habituasse à situação, deixando de reconhecer o perigo que ela representa. -----

Esclareceu que se referia à presença de arame farpado em vários locais da freguesia de Camarate, Unhos e Apelação, especialmente junto de passeios e paragens de autocarro. Descreveu situações em que os passageiros saem dos autocarros para passeios muito

estreitos, ladeados por vedações antigas e enferrujadas com arame farpado entrelaçado. -----

Acrescentou que já tinha levado esse assunto a várias reuniões e assembleias de freguesia e que o presidente da junta lhe respondera que não possuía competências para obrigar os proprietários dos terrenos a removerem aquele tipo de vedação. Ele disse contestar essa posição, defendendo que o autarca, mesmo não tendo competência direta para impor a remoção, possui autoridade suficiente para dialogar com os proprietários, promover comunicações e incentivar a substituição das vedações por soluções mais seguras. Indicou que essas situações existem em várias ruas da freguesia, nomeadamente na Rua Comandante Ramiro Correia e na Rua José Estêvão, no Catujal. -----

Referiu ainda que a resposta do presidente da junta estava gravada, remetendo para a segunda reunião da primeira sessão ordinária de 2026, onde esse posicionamento teria ficado registado. -----

Disse acreditar que o presidente da junta evita confrontar os proprietários dos terrenos, sugerindo que tal poderá estar relacionado com o facto de residir na freguesia há muitos anos. Acrescentou que, por não ser natural da zona, sente-se mais à vontade para denunciar o problema, enquanto muitas pessoas já se habituaram à sua existência e deixaram de lhe atribuir importância. -----

Classificou a situação como indigna e incompatível com os padrões de segurança desejáveis, chegando a afirmar que confere à freguesia uma imagem de atraso. Apelou aos membros da Assembleia Municipal, enquanto representantes responsáveis pela fiscalização e apresentação de recomendações, para que tomassem conhecimento do problema e contribuíssem para a sua resolução. -----

Criticou igualmente a justificação apresentada pelo presidente da junta, considerando-a inaceitável, sobretudo tendo em conta as suas funções ligadas à Proteção Civil. Questionou o papel dessas responsabilidades, defendendo que a principal missão deveria ser garantir a segurança dos cidadãos. Para ilustrar o seu ponto de vista, deu nota que uma vedação eletrificada num passeio seria claramente considerada inaceitável, pelo que considerava incoerente aceitar a manutenção de arame farpado em circunstâncias semelhantes. Concluiu, apelando à adoção de medidas que permitam reverter a situação e melhorar as condições de segurança na freguesia. -----

- Numa interpelação à mesa, a deputada municipal Rita Lage Sarrico (BE), questionou qual o artigo do Regimento que menciona que no Período de Intervenção do Público não se pode pôr um áudio de uma reunião que é pública. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, esclareceu que, de facto, não diz que não se pode, mas também não diz que se pode. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), afirmou que lhe pareceu haver uma limitação na intervenção do elemento do público. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, esclareceu que o munícipe disse aquilo que quis, só não passou foi o áudio que pretendia, pois ia confrontar aquilo que se passou numa Assembleia de Freguesia. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), afirmou que o pedido de esclarecimento que fez foi bastante claro. O elemento do público perguntou se podia passar o áudio de uma reunião de uma Assembleia de Freguesia e foi-lhe dito que não podia, pelo que pretendia saber qual o fundamento regimental para dizer que não pode. Relembrou que o próprio Presidente da Câmara já colocou áudios do telemóvel em anteriores sessões. -----
Disse não entender porque é que um elemento do público não podia colocar um trecho de um áudio de uma reunião de uma Assembleia de Freguesia, sendo uma reunião pública. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), disse que não valia a pena manter o assunto num impasse. Referiu que o munícipe tinha identificado a Assembleia de Freguesia em causa e sugeriu que ficasse registado qual tinha sido essa Assembleia, de forma a que todos, incluindo a Mesa, pudessem ter acesso à respetiva gravação, uma vez que ela existe. ---
Acrescentou que a Assembleia de Freguesia foi pública, que ficou gravada e que, tal como acontece com todas as outras, está disponível no *YouTube*, permitindo que qualquer pessoa tenha acesso ao conteúdo que o munícipe pretendia reproduzir. Considerou que não existe qualquer impedimento regimental que impeça essa utilização. -----

Reconheceu que alguns poderiam argumentar que tal procedimento não seria muito correto, mas salientou que, como referiu Rita Sarrico, essa prática já tinha ocorrido anteriormente, inclusive por iniciativa do próprio Presidente da Câmara. Defendeu que, se existe alguma incorreção, essa deve ser considerada de forma igual para todos, não sendo aceitável que determinados comportamentos sejam considerados incorretos apenas para uns e não para outros.-----

Disse que a questão essencial era perceber se o munícipe pretendia utilizar aquela gravação para fundamentar as suas declarações. Na sua opinião, essa gravação tinha exatamente o mesmo peso e enquadramento que um conjunto de fotografias apresentadas para reforçar uma posição ou uma intervenção. Entendia, por isso, que ambas constituíam meios de apoio à argumentação. -----

Concluiu sublinhando que se tratava de uma reunião pública, não de informação secreta nem de matéria abrangida por normas de proteção de dados. Considerou, por isso, que

não fazia sentido invocar esse tipo de argumentos, uma vez que não se aplicavam à situação em questão.-----

- Rita Lage Sarrico (BE), esclareceu que a sua interpelação à Mesa tinha como objetivo obter um esclarecimento, uma vez que as reuniões são públicas e acessíveis a todos, podendo qualquer pessoa consultá-las posteriormente. Referiu que a sua questão não estava relacionada com esse aspeto, mas sim com o facto do Presidente, no exercício das funções da Mesa, ter impedido um elemento do público, que se encontrava a exercer o seu direito de intervenção, de reproduzir um áudio. -----

Acrescentou que gostaria de saber qual tinha sido a fundamentação para essa decisão. Afirmou que o Presidente, em exercício, não indicou qualquer fundamento, tendo inicialmente demonstrado disponibilidade para permitir a reprodução do áudio. No entanto, depois de alguns elementos da bancada do PS terem afirmado que tal não era permitido, o Presidente, em exercício, acabou por dizer que não podia ser feito. -----

Salientou que pretendia apenas obter um esclarecimento sobre a fundamentação dessa decisão, admitindo que até poderia existir uma justificação válida. Contudo, considerou que, na realidade, essa fundamentação não existe e manifestou a opinião de que não se devem tomar decisões na Mesa de forma aleatória e sem base regimental. -----

Concluiu afirmando que o conteúdo em causa não era, para si, o aspeto mais importante, sem desvalorizar a intervenção do munícipe e considerou, antes, que estava a ser criado um precedente perigoso ao permitir que a Mesa tomasse decisões sobre intervenções sem qualquer fundamentação regimental, sendo essa a única questão que pretendia colocar. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, referiu que a sua interpretação do artigo 43.º era a de que esse não menciona expressamente que seja permitido utilizar gravações áudio ou vídeo durante as intervenções, mas também não estabelece qualquer proibição nesse sentido. Salientou que, do mesmo modo, as fotografias foram enviadas e aceites, o que demonstra que podem ser utilizados elementos de suporte às intervenções. -----

Acrescentou que fazia-se referência à reunião da Assembleia de Freguesia em causa, ficando a gravação disponível para consulta posterior. Concluiu sustentando que a questão se encontra omissa no artigo 43.º, uma vez que este não prevê nem impede expressamente a utilização desse tipo de recurso.-----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), fez um requerimento à Mesa, para terem acesso a todas as fotografias que o senhor entregou. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, solicitou aos serviços cópias das fotografias, a fim de serem facultadas a todos os grupos municipais. -----
Dando continuidade aos trabalhos, chamou o próximo munícipe para intervir. -----

- João Soares Resa, questionou o facto de verificar diferenças no tratamento dado aos pedidos de esclarecimento apresentados na Assembleia Municipal. Referiu que, quando a Dr.^a Susana Amador está presente, são prestados esclarecimentos às questões colocadas à Assembleia, mas que, quando a presidência é assegurada por outro responsável em exercício de funções, não verifica a mesma disponibilidade. -----
Acrescentou que, há quase cinco anos, não recebe respostas da Câmara Municipal às questões que coloca, situação que já se verificava durante o mandato de Carlos Teixeira. Referiu que muitos dos autarcas continuam a ser os mesmos e questionou as razões pelas quais as suas intervenções não obtêm resposta. Considerou que está a ser alvo de discriminação negativa, sobretudo porque as questões que apresenta dizem frequentemente respeito a problemas concretos relacionados com estacionamento, arruamentos, obras e outros assuntos de interesse público. -----
Criticou aquilo que classificou como uma excessiva valorização de iniciativas simbólicas ou de carácter meramente formal, referindo, a título de exemplo, a Assembleia Municipal Jovem. Afirmou que procura intervir de forma responsável e cívica, levantando questões relevantes e propondo soluções para problemas reais, mas que, quando se trata de assuntos concretos, considera que pouco ou nada acontece. -----
Referindo-se à gestão municipal, afirmando que a ideia de que tudo corre bem no concelho de Loures não corresponde à realidade. Como exemplo, mencionou informações segundo as quais, nos Tojais, o orçamento da junta de freguesia terá sido rejeitado e, em Camarate, o relatório de contas de 2025 terá igualmente sido chumbado. Reconheceu que essas matérias pertencem ao âmbito das respetivas freguesias, mas defendeu que também têm impacto na vida do concelho e dos seus habitantes, pelo que não deveriam ser ignoradas ou afastadas do debate público. -----
Passando à questão das refeições escolares, referiu que tem ouvido falar do investimento de cerca de 25 milhões de euros nessa área, e questionou se esse valor inclui ou não a comparticipação financeira das famílias. Manifestou igualmente preocupação relativamente à empresa Unicelf, recordando que foram reportados alguns problemas relacionados com o serviço prestado. Questionou se a autarquia desenvolveu algum procedimento ou tomou alguma medida na sequência dessas situações. Referiu ainda que tem conhecimento de que alguns alunos tiram fotografias às refeições servidas nas escolas e disse que seria mais útil a presença e acompanhamento de responsáveis políticos, agentes das forças de segurança ou outros representantes institucionais para verificar diretamente a qualidade das refeições. Comentou também que ouviu dizer que a captação de fotografias nos refeitórios

escolares estaria a ser restringida, mencionando de forma irónica que, a manter-se essa situação, os alunos poderiam vir a ter de recorrer a desenhos para ilustrar as refeições. Acrescentou que a mesma empresa presta esse serviço há mais de vinte e cinco anos e questionou de que forma as crianças podem apresentar reclamações ou manifestar descontentamento relativamente à qualidade das refeições, uma vez que não dispõem dos mesmos mecanismos de reclamação dos adultos. -----

Mudando de tema, criticou a presença do ex-Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa num evento realizado numa freguesia do concelho de Loures. Considerou inadequada essa iniciativa, por entender que a imagem do antigo Chefe de Estado ficou associada ao chamado caso das gémeas luso-brasileiras e aos custos significativos suportados pelo Estado com tratamentos médicos, situação que, na sua opinião, tornou controversa uma homenagem ou destaque à sua presença. -----

Relativamente ao alojamento de agentes das forças de segurança em antigos espaços militares de Sacavém, questionou os critérios adotados e criticou aquilo que considerou ser uma intervenção da Câmara Municipal em matérias que entende serem da responsabilidade direta do Governo. Referiu-se especificamente à disponibilização de apartamentos T0 para polícias, questionando se compete à autarquia assumir esse tipo de função e classificando a situação como difícil de compreender. -----

Por fim, chamou a atenção para a situação da Rua Moinho Velho, no Tojal, contrariando a ideia de que tudo estaria resolvido e afirmou que persistem problemas graves de estacionamento naquela zona. Alegou que existem áreas utilizadas para estacionamento em condições precárias, associadas à atividade de empresas como a Santogal e a Mercauto. Defendeu que essas entidades deveriam ter criado infraestruturas de estacionamento adequadas para trabalhadores, clientes e visitantes, considerando lamentável o estado atual do local. -----

Questionou ainda a aplicação das receitas fiscais geradas por essas empresas e recordou que, em ocasiões anteriores, lhe foi apenas transmitido que seria tomada “boa nota” da situação, sem que tenham sido produzidos resultados concretos. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, antes de dar a palavra ao executivo para alguma resposta aos munícipes, informou que tinha uma interpelação à Mesa, da parte do deputado municipal Duarte Miguel Monge Correia (CH). -----

- Duarte Miguel Monge Correia (Chega), afirmou que a bancada do Chega subscrevia a decisão tomada pelo Presidente, em exercício. Justificou essa posição com o facto do artigo 43.º ser omissivo relativamente à questão levantada pela deputada municipal do Bloco de Esquerda. -----

Acrescentou que, estando em causa a reprodução de um conteúdo apresentado por um município, e sem pretender desvalorizar ou desacreditar a sua intervenção, poderia

existir o risco de violação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), situação que considerava particularmente grave. -----

Defendeu que, embora se tratasse de uma reunião pública, a gravação poderia ter sido adulterada, entendendo que a sua reprodução naquele contexto poderia configurar uma violação do RGPD. Argumentou ainda que as pessoas presentes na reunião tinham consentido a gravação para os fins a que esta se destinava originalmente, mas não para que o conteúdo fosse reproduzido ou divulgado numa Assembleia Municipal ou em qualquer outro órgão. -----

Concluiu afirmando que, por esse motivo, a bancada do Chega entendia que o assunto deveria ser remetido para apreciação em Conferência de Líderes, em vez de ser debatido em plenário. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), dirigiu uma interpelação à Mesa com o objetivo de esclarecer o que deve ser entendido por uma interpelação à Mesa. Referiu que uma interpelação à Mesa corresponde a um pedido de esclarecimento dirigido à própria Mesa e considerou que o deputado municipal do Chega não tinha efetuado uma interpelação dessa natureza, mas sim uma resposta à intervenção que ela própria tinha dirigido à Mesa. --- Acrescentou que continuava a aguardar uma resposta à questão que tinha colocado, nomeadamente a indicação de qual o artigo do Regimento que impedia um munícipe de reproduzir o conteúdo em causa, tratando-se de uma reunião pública e de declarações proferidas por um Presidente de Junta. Manifestou ainda o entendimento de que o próprio Presidente da Junta autoriza a divulgação das suas intervenções, uma vez que essas são públicas e se encontram disponibilizadas no *YouTube*. -----

Disse que o problema residia no facto da Mesa ter tomado uma decisão sem apresentar qualquer fundamentação regimental para a sustentar. Considerou que foi isso que efetivamente aconteceu e reiterou que as interpelações à Mesa não devem ser utilizadas para responder a outros deputados municipais, mas sim para solicitar esclarecimentos à própria Mesa. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, transmitiu que aquele assunto seria remetido para a conferência de líderes, a fim de ser esclarecido. -----

- De seguida, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos aos munícipes. -----

- A Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, dirigiu uma saudação especial aos três munícipes que participaram na sessão, partilhando as suas perspetivas sobre o território. Destacou, em particular, a intervenção de Carlos Silva, que apresentava pela primeira vez uma exposição à Assembleia Municipal. -----

Agradeceu pela apresentação realizada e pela disponibilização das fotografias exibidas, afirmando que toda a documentação seria analisada da melhor forma possível. Acrescentou que, numa primeira apreciação, lhe parecia que estava em causa uma propriedade privada cuja delimitação tinha sido efetuada pelo respetivo proprietário, o qual optou por utilizar um determinado material para vedar a sua parcela de terreno. Entendia, por isso, que deveria ser avaliado tecnicamente se existiam fundamentos que permitissem à Câmara Municipal intervir numa opção tomada pelo particular relativamente à delimitação da sua propriedade. Referiu ainda que diferentes proprietários recorrem a soluções distintas, como muros de tijolo ou outros tipos de gradeamento, tendo sido utilizado, naquele caso, um material que deveria ser objeto de respetivo parecer técnico. -----

Esclareceu que não possuía qualquer mandato do Presidente da Junta para se pronunciar em seu nome, salientando que ele não lhe tinha conferido qualquer autorização para o representar nem tinha conhecimento exato das declarações por ele proferidas em Assembleia de Freguesia. Ainda assim, considerou que a matéria em causa não se enquadrava na esfera de intervenção da Junta de Freguesia e manifestou mesmo algumas dúvidas quanto à possibilidade de intervenção da Câmara Municipal de Loures. Referiu que a situação seria analisada internamente, de modo a determinar qual o procedimento mais adequado. -----

Renovou o agradecimento a Carlos Silva pela sua presença e pela apresentação das suas preocupações junto dos órgãos competentes, considerando que esse era o espaço próprio para a sua exposição. -----

Relativamente às restantes intervenções, agradeceu igualmente a presença de Mário Lopes e de João Resa, afirmando que seriam prestadas respostas por escrito às questões levantadas, à semelhança do que vinha sendo prática habitual.-----

- Terminado o “Período de Intervenção do Público”, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou que deram entrada na Mesa, 4 (quatro) documentos para admissão: -----

1. Voto de Saudação “*Ao Dia Nacional das Coletividades*”, apresentado pelo PS; ---
2. Voto de Saudação “*À Associação de Patinagem do Atlético Clube do Tojal pela Subida à 2ª Divisão Nacional de Hóquei em Patins.*”, apresentado pelo PS; -----
3. Voto de Saudação “*Dia Internacional do Bombeiro*”, apresentado pelo PPD/PSD;
4. Voto de Saudação “*108º Aniversário do Grupo Recreativo do Cabeço de Montachique*”, apresentado pelo PPD/PSD. -----

- Todos os documentos foram todos admitidos por unanimidade, passando-se à apresentação, discussão e votação dos mesmos. -----

- Eunice Filipa Alexandra Camilo Ramos Proença (PS), apresentou o **Voto de Saudação “Ao Dia Nacional das Coletividades”**. (Doc. 1) -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), dirigindo-a à bancada do Partido Socialista, apresentou uma pequena proposta de alteração ao texto, que classificou como um preciosismo. -----

Sugeriu que a parte deliberativa se limitasse a saudar todas as coletividades, dirigentes e associados, reconhecendo o seu importante papel e contributo para o desenvolvimento do concelho de Loures. -----

Propôs ainda que a referência ao envio do documento à Câmara Municipal, à Assembleia e às restantes entidades identificadas passasse a constar apenas da parte final, mediante a indicação de que, uma vez aprovada, a saudação deveria ser remetida a essas entidades. -----

Justificou aquela proposta com o entendimento de que o que estava em causa era a aprovação de uma saudação e, conseqüentemente, a manifestação de reconhecimento às coletividades e aos seus dirigentes. Considerou que esse seria o verdadeiro objetivo do documento e afirmou que, nesses termos, a CDU estava naturalmente disponível para o subscrever. -----

Acrescentou que os pontos dois, três, quatro e cinco deveriam ser entendidos apenas como indicações relativas às entidades destinatárias da saudação, não integrando propriamente a parte deliberativa da proposta. Concluiu afirmando que, caso as sugestões fossem acolhidas, o texto ficaria mais claro e corresponderia melhor ao objeto da saudação. -----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), afirmou que o PPD/PSD iria exatamente no mesmo sentido que a senhora representante que o precedera na intervenção. Referiu que considerava importante que o documento tivesse alguma substância com o objetivo que se pretendia aprovar. -----

Declarou que subscrevia integralmente as palavras da senhora representante, fazendo delas as suas próprias palavras. -----

- Duarte Miguel Monge Correia (Chega), afirmou que naqueles moldes, o grupo municipal do Partido CHEGA também estaria pronto para votar. -----

- Eunice Filipa Alexandre Camilo Ramos Proença (PS), manifestou o parecer favorável do Partido Socialista ao que foi sugerido. -----

- Não se tendo verificado mais intervenções, passou-se à votação do documento com as alterações propostas, ficando o texto da parte deliberativa com o seguinte teor: -----

“ ...

Nesse sentido, os Deputados Municipais do Partido Socialista, no contexto da 7.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada a 11 de junho de 2026, propõem saudar todas as coletividades, dirigentes e associados, reconhecendo o seu importante papel e contributo para o desenvolvimento do concelho de Loures.

A ser aprovado este Voto de Saudação deve ser enviado:

- 1. À Câmara Municipal de Loures;**
- 2. Às Assembleias e Juntas de Freguesia do Município de Loures;**
- 3. À Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto;**
- 4. À Associação das Coletividades do Concelho de Loures.**

...”

- APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS. -

- João Filipe de Jesus Pinto (PS), apresentou o **Voto de Saudação “À Associação de Patinagem do Atlético Clube do Tojal pela Subida à 2ª Divisão Nacional de Hóquei em Patins”**. (Doc. 2) -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), apresentou uma pequena proposta relativamente à parte deliberativa do voto de saudação, sugerindo que se limitasse a saudar a Associação de Patinagem do Atlético Clube do Tojal pelo seu importante contributo para a prática desportiva e pela subida à Segunda Divisão Nacional de Hóquei. -----
Quanto à parte conclusiva, propôs que se mantivesse a indicação de que, uma vez aprovado, o documento fosse remetido às entidades nele identificadas. -----
Justificou a sua sugestão com o facto de o objetivo principal do voto de saudação ser homenagear e reconhecer o mérito da coletividade em causa. Afirmou que se tratava apenas de uma pequena clarificação ao texto apresentado. -----

- João Filipe de Jesus Pinto (PS), transmitiu que a bancada do PS aceitava a sugestão da senhora deputada municipal Tânia Mateus. -----

- Não se tendo verificado mais intervenções, passou-se à votação do documento com as alterações propostas, ficando o texto da parte deliberativa com o seguinte teor: -----

“ ...

Assim, os Deputados Municipais do Partido Socialista, no âmbito da 7.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada em 11 de junho de 2026, propõem que a Assembleia Municipal delibere saudar a Associação de Patinagem do

Atlético Clube do Tojal pelo seu importante contributo à prática desportiva e pela subida à 2.ª Divisão Nacional de Hóquei em Patins.

A ser aprovado este documento deve ser remetido para as seguintes entidades:

1. *Câmara Municipal de Loures;*
2. *Assembleias e Juntas de Freguesia do concelho de Loures;*
3. *Associação de Patinagem do Atlético Clube do Tojal, extensivo a todos os atletas, equipa técnica, dirigentes e colaboradores;*
4. *Federação de Patinagem de Portugal.*

...”

- APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENÇAS. -

- João Maurício Pereira (PPD/PSD), apresentou o **Voto de Saudação “Dia Internacional do Bombeiro”**. (Doc. 3). -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), apresentou uma última sugestão relativamente ao voto de saudação. Considerou que o objetivo principal do documento deveria ser saudar os bombeiros e não propriamente o Dia Internacional do Bombeiro, embora reconhecesse que essa data constituía uma oportunidade adequada para prestar esse reconhecimento. -----

Sugeriu que, em vez de o órgão deliberar saudar o Dia Internacional do Bombeiro, o texto passasse a prever uma saudação a todos os bombeiros portugueses, voluntários e profissionais, prestando-lhes a devida homenagem e reconhecendo o seu exemplar espírito de missão e dedicação, mantendo-se o restante conteúdo da redação tal como se encontrava. -----

Concluiu afirmando que aquela formulação lhe parecia mais justa, uma vez que o propósito não deveria ser apenas assinalar uma efeméride, mas, sobretudo, reconhecer e saudar o trabalho desenvolvido diariamente pelos bombeiros. -----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), relativamente à saudação apresentada pelo PSD, não tinha qualquer proposta de alteração a apresentar, ao contrário do que sucedeu com a bancada da CDU. Referiu, por isso, que acompanhavam integralmente o voto de saudação nos termos em que esse tinha sido apresentado. Acrescentou que a proposta de alteração sugerida pela CDU não lhe causava qualquer objeção, mas considerava que a mudança proposta não revestia especial relevância nem justificava uma alteração ao texto. -----

Aproveitou ainda a oportunidade para reforçar a ideia de que o concelho de Loures tem sido um exemplo de cooperação institucional e de apoio contínuo às corporações de

bombeiros, entendendo que essa realidade merece ser assinalada também no contexto da celebração do Dia Internacional do Bombeiro. -----

Recordou o apoio extraordinário que o município tem vindo a prestar às corporações de bombeiros do concelho. Salientou que o atual executivo municipal duplicou o apoio financeiro atribuído a essas entidades, referindo que, desde 2021, esse apoio passou de dois milhões para quatro milhões de euros, facto que considerou constituir um marco importante e digno de destaque.-----

Por fim, embora o Presidente da Câmara Municipal não estivesse presente na sessão, manifestou o desejo de lhe endereçar publicamente os parabéns pela recente distinção recebida da Liga dos Bombeiros Portugueses, que lhe atribuiu uma menção honrosa na categoria de Personalidade da Sociedade Portuguesa. Sublinhou que essa distinção reconheceu o trabalho desenvolvido por Ricardo Leão enquanto Presidente da Câmara Municipal de Loures, através da atribuição do Prémio Bombeiro de Mérito, deixando registada essa mensagem de congratulação.-----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), afirmou que, apesar de reconhecer a pertinência da alteração proposta, pretendia manter o texto exatamente como se encontrava redigido. Justificou essa posição com o facto de o conteúdo do documento já refletir, de forma implícita e consistente, o reconhecimento e a homenagem aos bombeiros.-----

Referiu que a questão dos bombeiros estava presente ao longo de todo o texto, encontrando-se inclusivamente expressa a referência aos bombeiros de todas as corporações do concelho de Loures. Considerou, por isso, que a homenagem pretendida se encontrava devidamente espelhada e plenamente refletida no documento.-----

Concluiu afirmando que, por essas razões, mantinham a redação original da saudação, sem a alteração sugerida. -----

- Não se tendo verificado mais intervenções, passou-se à votação do documento. -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 43 PRESENÇAS.** --

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), apresentou o **Voto de Saudação “108º Aniversário do Grupo Recreativo do Cabeço de Montachique”**. (Doc. 4).-----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo (PS), afirmou que a bancada do Partido Socialista se associava à saudação apresentada, manifestando o seu reconhecimento pela associação em causa e pelo trabalho que essa tem vindo a desenvolver ao longo do

tempo. Destacou e elogiou a ação realizada junto da população de Cabeço de Montachique e da freguesia de Lousa, considerando-a de grande relevância para a comunidade local.-----

Acrescentou que pretendia igualmente salientar o trabalho desenvolvido naquela localidade e recordar o investimento que tem vindo a ser realizado pela Câmara Municipal. Referiu as intervenções efetuadas no Parque Municipal do Cabeço de Montachique, destacando o significativo investimento de cerca de 1,2 milhões de euros que está a ser concretizado naquele espaço. Entre as medidas implementadas, mencionou a reabilitação de um pavilhão destinado a possibilitar a instalação de grupos com capacidade de pernoita, através da criação de camaratas, bem como os investimentos orientados para a sustentabilidade e para a melhoria das infraestruturas ambientais do parque. -----

Sublinhou que se trata de um espaço cuja valorização considera importante, numa localidade que, na sua opinião, deve ser recordada pelo exemplo que representa e pelo trabalho desenvolvido pelas suas associações e pela sua população. Referiu ainda que se trata de uma comunidade que, por vezes, acaba por ser relativamente esquecida no contexto mais amplo da atividade do concelho.-----

Concluiu afirmando que, por todas essas razões, a bancada do Partido Socialista se associava ao voto apresentado. -----

- Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa), salientou que o Cabeço de Montachique é servido por três freguesias: a freguesia de Lousa, a freguesia de Fanhões e a freguesia do Milharado, pertencente ao concelho de Mafra. -----

Acrescentou que pretendia esclarecer uma referência feita anteriormente relativamente ao investimento mencionado, de forma a evitar eventuais equívocos. Esclareceu que o investimento referido não foi realizado na freguesia de Lousa, mas sim na freguesia de Fanhões. -----

- Não se tendo verificado mais intervenções, passou-se à votação do documento. -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS.** --

- Após a discussão e votação dos documentos ainda intervieram no “Período de Antes da Ordem do Dia”: -----

- Rita Lage Sarrico (BE), proferiu a seguinte declaração política: -----

Declaração política do Bloco de Esquerda, num país marcado por salários baixos, precariedade, rendas incomportáveis e uma crise do custo de vida que esmaga o rendimento das famílias. -----

O Governo escolhe atacar quem vive do seu trabalho. Quem depende da proteção social para sobreviver. Não estamos perante meros ajustamentos técnicos, estamos perante uma ofensiva ideológica, social e económica. -----

O pacote laboral é disso exemplo. Procura reconfigurar as relações laborais em Portugal, enfraquecendo a organização dos trabalhadores, atacando o direito à greve, diminuindo o papel dos sindicatos e dando mais poder à arbitrariedade patronal. -----

No fundo, o Governo quer desequilibrar ainda mais a relação entre a classe trabalhadora e os patrões e importa dizê-lo com clareza, esta ofensiva não foi sufragada nas eleições. A AD não se apresentou ao país como a transformação estrutural da legislação laboral. E há também um dado que o Governo não consegue esconder, como inúmeras sondagens têm mostrado, está a perder a batalha da opinião pública. Existe uma maioria social que percebe que este pacote é regressivo, retira direitos e desequilibra ainda mais a relação entre o capital e o trabalho. Esta batalha laboral não está desligada da crise do custo de vida, quando salários baixos se cruzam com rendas incontroláveis, alimentação, energia e bens essenciais cada vez mais caros. O resultado é claro. -----

Quem trabalha perde rendimento, enquanto poucos acumulam lucros num país onde trabalhar já não garante sair da pobreza. Retirar direitos laborais é agravar a precariedade e a desigualdade. Mas esta ofensiva não se fica pelo pacote laboral. -----

Há outro ataque em curso, a chamada prestação social única. Também aqui a palavra simplificação serve para esconder cortes. O Governo quer fundir várias prestações sociais, como o RSI, pensões sociais, subsídios sociais, desemprego, parentalidade, mas aperta condições de acesso, altera fórmulas de cálculo e deixa por revelar o valor da prestação. Ou seja, pede ao Parlamento autorização para uma reforma profunda da proteção social, sem todos os números em cima da mesa e sem o devido escrutínio democrático. E isso tem uma lógica ideológica por trás. -----

Parte-se da ideia de quem é pobre deve ser vigiado, condicionado e punido em vez de se combater a pobreza. Pretende-se disciplinar e humilhar os pobres. -----

A prestação fica ligada à obrigação de prestar trabalho socialmente necessário, que pode chegar às vinte horas semanais e essa obrigação pode atingir não só quem pede o apoio, mas também outros membros do agregado. Isto significa que o sustento de uma família, o sustento mínimo pode ficar condicionado ao trabalho gratuito dos seus membros. Isto não é uma reforma social, é uma chantagem sobre quem já vive com pouco. É transformar a proteção social numa ameaça. É dizer a quem já está no limite que só merece apoio se aceitar trabalhar de graça e é também uma forma de desvalorizar ainda mais os salários, ao empurrar pessoas para trabalho que deveria corresponder a postos de trabalho permanentes com salário, vínculo e direitos. -----

Esta proposta assenta num mito antigo da direita e da extrema-direita, de que há demasiadas pessoas a viver confortavelmente dos apoios sociais, é falso. O problema de

Portugal não é o excesso de proteção social, é a pobreza, os baixos salários e a precariedade. -----

No fundo, tanto o pacote laboral como a prestação social única revelam a mesma orientação política, retirar direitos a quem trabalha, fragilizar quem já vive com pouco e reorganizar a sociedade a favor dos patrões, dos grandes grupos económicos e de uma visão autoritária do Estado. E isso rejeitamos frontalmente. A pobreza não se combate com castigo. O trabalho não se valoriza retirando direitos. Uma sociedade mais igual constrói-se com salários dignos, direitos laborais, proteção social, serviços públicos fortes e políticas que coloquem a vida das pessoas acima do lucro. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), proferiu uma declaração política intitulada “**O Pacote Laboral não serve o país**”, que foi entregue por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 5)-----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), recordou que, na última Assembleia Municipal, tinha colocado questões relativas às soluções que estavam a ser encontradas para os moradores do Bairro de São João, que não podiam regressar às suas habitações. Referiu que, nessa ocasião, tinha sido informado de que seria realizada, em breve, uma reunião com esses moradores e que lhes seriam apresentadas propostas de solução. Nesse sentido, solicitou um ponto de situação sobre o desenvolvimento desse processo.-----

De seguida, pediu esclarecimentos sobre a movimentação de terras que está a ocorrer junto à Estrada Nacional 250, na zona do Catujal, entre a metalização e as antigas instalações do Instituto da Vinha. Referiu que aquela área corresponde a um vale que beneficia de algum nível de proteção no âmbito do Plano Diretor Municipal (PDM) e salientou que as próprias atividades económicas anteriormente existentes no local se encontram enquadradas numa lógica de reconversão do espaço após a sua desativação. Acrescentou que não existe qualquer placa de licenciamento visível relativa à movimentação de terras em curso e considerou difícil compreender como uma intervenção daquela dimensão, localizada numa estrada nacional muito movimentada e que assegura a ligação entre Sacavém e Apelação, possa decorrer sem uma resposta ou esclarecimento por parte das entidades competentes.-----

Relativamente ao Parque Papa Francisco, afirmou conhecer o projeto, que se encontra publicamente divulgado, abrangendo uma área de intervenção superior a trinta hectares num espaço considerado estruturante para a zona oriental do concelho de Loures. Explicou que a principal questão prendia-se com as soluções previstas no projeto, destacando aquilo que considera ser uma ausência total de medidas destinadas ao reforço da rede de equipamentos desportivos na União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, bem como em toda a zona oriental do concelho.

Referiu que verificou com alguma perplexidade que a única resposta identificável nessa matéria consiste numa pequena área destinada a uma concessão desportiva. Considerou que a designação utilizada permitia antever essencialmente a instalação de campos de padel, modalidade que, na sua opinião, tem sido privilegiada por apresentar rentabilidade comercial. Contudo, defendeu que seria mais relevante que aquele espaço viesse a integrar soluções que contribuíssem efetivamente para reforçar a rede de equipamentos desportivos da zona oriental e, em particular, da União de Freguesias, ajudando a colmatar carências já identificadas. -----

Por fim, pronunciou-se sobre a resposta anteriormente dada a um munícipe relativamente à questão das vedações. Disse que a matéria respeitante ao tipo de muros e vedações constitui uma questão de gestão urbanística, encontrando-se regulada pelo Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização. Salientou que esse regulamento estabelece as condições em que podem ser construídas vedações confinantes com vias públicas ou pedonais, bem como as soluções que são interditas, nomeadamente aquelas que possam colocar em causa a segurança de peões e veículos. -----

Acrescentou que tanto o regulamento como a legislação aplicável fazem referência à necessidade de evitar elementos cortantes projetados a alturas suscetíveis de representar perigo para as pessoas. Referiu que uma das fotografias ilustrava claramente uma situação em que uma vedação confinante com um passeio incluía arame farpado, elemento que, segundo afirmou, não é normalmente admitido em confrontação com o espaço público a alturas inferiores a dois metros, precisamente para não constituir um risco para crianças, idosos ou quaisquer utilizadores da via pública. -- Defendeu que a resposta dada ao munícipe tinha sido equívoca e desresponsabilizadora, considerando que esse tipo de postura não deve ocorrer por parte dos responsáveis públicos. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, passou a palavra ao Executivo Municipal, para prestar esclarecimentos. -----

- A Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, respondeu às questões colocadas pelo deputado municipal Bruno Simão relativamente à reunião realizada com os moradores do Bairro de São João, informando que se concretizou no final do mês de maio. Explicou que foram apresentadas soluções destinadas aos moradores que se encontram impedidos de permanecer nas suas habitações. -----

Recordou que foi efetuada uma análise técnica pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a qual concluiu que um conjunto de construções não reúne condições para ser utilizado como habitação permanente. Nesse contexto, referiu que a solução apresentada aos moradores consistiu na possibilidade de candidatura ao Programa

Porta de Entrada, medida que já havia sido anteriormente mencionada. Acrescentou ainda que foi renovada a disponibilidade da Câmara Municipal para acolher, em solução de emergência, os residentes que ainda necessitem desse apoio. -----

Relativamente à questão da movimentação de terras no Catujal, indicou que passaria a palavra à Vereadora Paula Magalhães para prestar os esclarecimentos necessários. ----

Quanto ao Parque Papa Francisco, explicou que a primeira fase da sua concretização resultou de um projeto e de uma execução da responsabilidade da Administração Central, nomeadamente da respetiva equipa de projeto. Referiu que essa primeira intervenção definiu orientações gerais para uma segunda fase, a qual foi posteriormente aperfeiçoada pelo município. Esclareceu que essa nova etapa tem como principal objetivo dotar o parque de um conjunto de infraestruturas que não ficaram devidamente asseguradas na fase inicial. Confirmou ainda que é intenção do município concessionar algumas áreas daquele espaço, procurando garantir que o parque continue a ser um local de usufruto para a população, ao mesmo tempo que possa acolher grandes eventos culturais, desportivos e recreativos. -----

Acrescentou que o município pretende preservar essa vocação multifuncional e criar condições para que outras propostas possam ser apresentadas no âmbito de procedimentos concursais públicos e amplamente abertos. Sublinhou igualmente a preocupação com a sustentabilidade do parque, tendo em conta os elevados custos associados à sua manutenção. Disse considerar importante criar mecanismos que contribuam para apoiar financeiramente a gestão e conservação daquele equipamento, conciliando essa necessidade com as diferentes soluções e projetos que venham a ser implementados. -----

Por fim, relativamente à intervenção do munícipe Carlos Silva, referiu que já tinha tido oportunidade de lhe responder, esclarecendo que a situação seria analisada do ponto de vista técnico e que lhe seria prestada a devida resposta. Reiterou que nunca minimizou a questão levantada, tendo apenas assinalado que se trata de uma propriedade privada e que a solução identificada foi adotada por um particular. -----

Concluiu afirmando que o município dará o devido seguimento ao assunto, procedendo à respetiva análise técnica e que, caso se verifique qualquer infração aos regulamentos municipais aplicáveis, serão acionados os mecanismos legais e administrativos adequados para repor as melhores condições de segurança para as pessoas que ali circulam.-----

- A Vereadora Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, dirigiu-se ao deputado municipal Bruno Simão para lhe transmitir que todos tinham percebido e constatado aquilo que estava a acontecer na propriedade em questão. Referiu que tanto a Polícia Municipal como os serviços de fiscalização se deslocaram ao local e que, numa primeira

análise, o que se verificava era apenas uma operação de limpeza de terreno, não tendo sido identificada qualquer outra intervenção.-----

Acrescentou que foi o próprio proprietário quem tomou a iniciativa de contactar os serviços municipais de urbanismo, com o objetivo de obter esclarecimentos e perceber quais as ações que poderia ou não continuar a realizar naquele espaço e naquela propriedade.-----

Concluiu informando que, de momento, os trabalhos se encontravam suspensos, aguardando o proprietário as indicações técnicas dos serviços competentes sobre o que lhe será permitido prosseguir ou executar no local. -----

- Terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “Período da Ordem do Dia”. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----PONTO UM-----

Proposta n.º 309/2026 – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2026 e Opções do Plano 2026-2030 (Aprovação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 27 VOTOS A FAVOR (21 PS E 6 PPD/PSD), 8 ABSTENÇÕES (6 CDU, BE E IL) E 8 VOTOS CONTRA DO CH - 43 PRESENÇAS. -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Duarte Miguel Monge Correia (CH): *O grupo municipal do CHEGA vota contra a proposta n.º 309/2026, relativa à terceira alteração modificativa ao Orçamento Municipal de 2026 e às grandes Opções do Plano 2026-2030. Reconhecemos que a proposta integra matérias relevantes para o Concelho, designadamente nas áreas de educação, infraestruturas, cultura, desporto, rede viária, proteção civil e equipamentos municipais. São domínios que efetivamente exigem investimento, acompanhamento e capacidade de execução. Contudo, a presente alteração confirma uma preocupação que o nosso grupo municipal tem vindo a assinalar - a insuficiência de planeamento orçamental inicial e a necessidade recorrente de proceder a ajustamentos significativos*

ao longo da execução do orçamento. Os sucessivos reforços de dotações, reprogramações financeiras e adiamentos de encargos para anos subsequentes revelam uma gestão pouco previsível e pouco consolidada, que compromete a clareza das prioridades municipais e dificulta a fiscalização política das opções assumidas pelo executivo. O Município de Loures necessita de um investimento público, mas esse investimento deve assentar num orçamento rigoroso, transparente e devidamente planeado desde o primeiro momento. Não basta corrigir dotações ao longo do ano. É necessário garantir que as prioridades do Concelho são avaliadas, quantificadas e calendarizadas com responsabilidade. Por estas razões, o grupo municipal do CHEGA vota contra a referida proposta. -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), informou que posteriormente faria chegar uma declaração de voto por escrito. Até ao momento de elaboração da presente ata a mesma não foi rececionada. -----

----- PONTO DOIS -----

Proposta n.º 324/2026 - Prorrogação da execução e justificação das obras candidatas em 2025 à Medida IV do Programa Mais Loures e do prazo de devolução das verbas não aplicadas; Minutas de adenda ao Contrato-Programa e ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo (Aprovação nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea g) e artigo 33.º, n.º 1, alínea u), ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, artigo 6.º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e artigo 156.º, n.º 2, alínea a) do CPA). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 42 VOTOS A FAVOR (21 PS, 8 CH, 6 PPD/PSD, 6 CDU E BE) E 1 ABSTENÇÃO DA IL - 43 PRESENCAS. -----

- Pela deputada municipal Inês Carvalho dos Santos (CH), foi proferida a seguinte declaração de voto: *O grupo municipal do CHEGA vota favoravelmente a presente proposta relativa à prorrogação dos prazos, no âmbito da medida IV do Programa MAIS Loures. Fazemo-lo porque reconhecemos o papel fundamental das associações e coletividades no nosso Concelho. Em muitas freguesias são estas instituições que mantêm viva a participação cívica, a prática desportiva, a cultura local e o sentido de comunidade. Sabemos também que muitas destas entidades trabalham com poucos meios e que a execução de obras, sobretudo num contexto de aumento de custos e*

dificuldades no setor da construção, nem sempre depende da sua vontade. Por isso, entendemos que esta prorrogação é razoável e deve permitir que os projetos aprovados sejam efetivamente concluídos. Mas, deixamos também uma nota clara, apoiar as associações não significa abdicar do rigor. A Câmara deve acompanhar a execução destas obras, fiscalizar a aplicação dos apoios e garantir que qualquer verba não utilizada é devolvida nos termos devidos. O Chega vota favoravelmente porque está ao lado de quem trabalha pelo Concelho, mas manterá sempre a exigência na gestão do dinheiro público. -----

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, deu por terminada a reunião, passando a palavra à Primeira Secretária em Exercício, para leitura da minuta da ata. -----

--- A Primeira Secretária, em exercício, Sara Raquel Bordalo Gonçalo, leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (43 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes e os Vereadores, Nelson César Gonçalves Batista, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, André Filipe Reis Antunes, António Manuel Lopes Marcelino e Nelson José Morais dos Santos. -----

--- Eram vinte e duas horas e trinta e seis minuto, quando o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, deu por encerrada a reunião. -----

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 29 PRESENCAS, SENDO QUE 15 REPRESENTANTES NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA E NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. A ATA FOI APROVADA NA REUNIÃO DE VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AQUILINO JOSÉ MARQUES VENTURA, -----

E PELA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SUSANA DE FÁTIMA CARVALHO AMADOR,



Aprovado por
unanimidade
(42 presenças)

7ª Sessão Extraordinária

11-06-2026

16

1

[Handwritten signature]

Voto de Saudação

"Ao Dia Nacional das Coletividades"

No passado dia 31 de maio, celebrou-se o Dia Nacional das Coletividades, uma data dedicada ao reconhecimento de todos aqueles que, diariamente, ajudam a construir uma comunidade mais participativa, solidária e de pertença.

Loures é sinónimo de vitalidade, de um associativismo forte e, de uma comunidade que valoriza o excelente trabalho que as coletividades desempenham em prol da cultura, do desporto e de outras atividades recreativas.

Cada vez mais, o concelho de Loures se afirma como um território de referência na promoção do associativismo, num trabalho conjunto entre o poder local, as coletividades e o movimento associativo.

Em Loures, são mais de 200 associações de cultura, desporto e juventude que dão vida ao nosso território.

As coletividades, são muito mais que meros espaços de atividades. São também espaços de encontro, de participação cívica e exercício de cidadania. São locais onde se criam amizades, se preservam tradições e se constroem valores fundamentais para a vida em comunidade.

Estamos cientes que essas atividades, exigem enorme dedicação, compromisso e, muitas vezes, tempo retirado à família e à vida pessoal. É um esforço silencioso, feito por dirigentes, voluntários e associados que, com espírito de missão, ajudam diariamente a fazer a diferença.

Torna-se por isso, imperativo, deixar uma palavra de reconhecimento a todos os dirigentes, voluntários, associados e, a todas as coletividades do nosso concelho que, com dedicação e espírito de missão fazem a diferença todos os dias.

Nesse sentido, os Deputados Municipais do Partido Socialista, no contexto da 7.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada a 11 de junho de 2026, propõem:

1. A aprovação deste Voto de Saudação;
2. O seu envio à Câmara Municipal de Loures;
3. O seu envio às Assembleias e Juntas de Freguesia do Município de Loures;

16



PS

4. O seu envio à Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto;
5. O seu envio à Associação das Coletividades do Concelho de Loures.

Loures, 11 de junho de 2026

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



Aprovado por
unanimidade
(42 presenças)

7.ª Sessão Extraordinária

11-06-2026

16 (2)

[Handwritten signature]

Voto de Saudação

"À Associação de Patinagem do Atlético Clube do Tojal pela Subida à 2.ª Divisão Nacional de Hóquei em Patins"

A Associação de Patinagem do Atlético Clube do Tojal garantiu, no passado dia 31 de maio, a subida à 2.ª Divisão Nacional de Hóquei em Patins, ao vencer o Sporting Clube de Torres Vedras por 3-2, alcançando um feito histórico e inédito nos seus 11 anos de existência.

Constituída em 9 de junho de 2015, a Associação de Patinagem do Atlético Clube do Tojal nasceu com o objetivo de promover e desenvolver as modalidades de Hóquei em Patins e Patinagem Artística, modalidades que têm vindo a afirmar-se de forma notável no concelho de Loures e que são praticadas no Polidesportivo de São Julião do Tojal.

Na presente época desportiva, a associação conta com um total de 218 atletas, distribuídos por 143 atletas federados em Hóquei em Patins e 75 atletas federados em Patinagem Artística. No Hóquei em Patins, apresenta 11 equipas em competição, abrangendo os escalões de Bambis, Benjamins, Escolares, Sub-13 A e B, Sub-15, Sub-17, Sub-19, Sub-23, Seniores Masculinos e Seniores Femininos.

Os resultados alcançados demonstram o crescimento sustentado da associação e a excelência do trabalho desenvolvido por atletas, treinadores, dirigentes e famílias.

Entre os principais resultados desportivos destacam-se:

Hóquei em Patins – Seniores Femininas

- Vice-Campeãs da Taça de Portugal 2025;
- 2.º lugar na Supertaça Feminina "100 Anos FFP" 2025;
- Vencedoras da Taça Nacional 2026.

Hóquei em Patins – Sub-19

- Vencedores da Taça da Associação de Patinagem de Lisboa 2025.

Hóquei em Patins – Seniores Masculinos

- Apuramento para o Campeonato Nacional da 2.ª Divisão na época 2026/2027;
- Disputa do título de Campeão Nacional da 3.ª Divisão, atualmente em curso.

A subida à 2.ª Divisão Nacional constitui um motivo de enorme orgulho para o movimento associativo e para todo o concelho de Loures, representando o reconhecimento do trabalho, dedicação, perseverança e ambição de uma coletividade que tem contribuído de forma exemplar para a promoção do desporto, da formação de jovens atletas e da afirmação do concelho no panorama desportivo nacional.

Assim, os Deputados Municipais do Partido Socialista, no âmbito da 7.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada em 11 de junho de 2026, propõem que a Assembleia Municipal delibere:

16



PS

1. Aprovar o presente Voto de Saudação à Associação de Patinagem do Atlético Clube do Tojal;
2. Dar conhecimento do mesmo à Câmara Municipal de Loures;
3. Dar conhecimento do mesmo às Assembleias e Juntas de Freguesia do concelho de Loures;
4. Dar conhecimento do mesmo à Associação de Patinagem do Atlético Clube do Tojal, extensivo a todos os atletas, equipa técnica, dirigentes e colaboradores;
5. Dar conhecimento do mesmo à Federação de Patinagem de Portugal.

Loures, 11 de junho de 2026

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures

Aprovado por
unanimidade
(43 presenças)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES
Gabinete Deputados PSD

7.ª sessão extraordinária

11-06-2026

16

3

[Handwritten signature]

VOTO DE SAUDAÇÃO

Dia Internacional do Bombeiro

O Dia Internacional do Bombeiro convida-nos a reconhecer todos aqueles que, movidos por um elevado espírito de missão, coragem e altruísmo, colocam a sua vida ao serviço das populações.

Os Bombeiros constituem uma das principais linhas de resposta em situações de emergência, assegurando o socorro às vítimas, o combate a incêndios, a proteção de pessoas e bens e o apoio às comunidades perante catástrofes e outras ocorrências, desempenhando uma função insubstituível na proteção civil e na salvaguarda da segurança coletiva.

O seu trabalho, muitas vezes desenvolvido em circunstâncias de elevado risco e exigência física e emocional, merece o reconhecimento institucional, social e político e a gratidão de toda a sociedade, constituindo um exemplo de entrega ao próximo e de serviço público.

Importa também recordar e homenagear todos os bombeiros que perderam a vida no cumprimento do dever, bem como às suas famílias, que partilham o peso desse compromisso e desse sacrifício.

Assim, os eleitos do PSD na 7.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loures propõem que este órgão delibere saudar o Dia Internacional do Bombeiro, prestando homenagem a todos os bombeiros portugueses, voluntários e profissionais, pelo seu exemplar espírito de missão, dedicação e serviço público, bem como manifestar o seu reconhecimento às associações humanitárias, corpos de bombeiros e demais entidades que, em estreita articulação com as autarquias e o Estado, desempenham um papel fundamental na proteção civil, na salvaguarda de pessoas e bens e na segurança das populações, com particular relevância para o concelho de Loures.

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bucelas;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Zambujal;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sacavém;

12
d



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moscavide e Portela;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Camarate;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões.

A todos os bombeiros, profissionais e voluntários, aos órgãos sociais das associações humanitárias, aos comandantes, quadros ativos, de honra e reserva, bem como aos colaboradores e familiares que diariamente apoiam esta missão, manifestamos o nosso respeito, admiração e agradecimento pelo serviço prestado à comunidade.

Que este voto de saudação constitua uma justa homenagem ao seu exemplo de coragem, altruísmo e dedicação ao próximo.

O presente voto, a ser aprovado, deverá ser remetido:

- A todas as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho de Loures
- A todas as Assembleias de Freguesia
- A todos os executivos das Juntas de Freguesia
- Câmara Municipal de Loures
- Comunicação social

Loures, 11 de junho de 2026

Os eleitos do PPD/PSD

Aprovado por
unanimidade
(42 presenças)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

7.ª Sessão Extraordinária

11.06.2026

16

[Handwritten signature]
Sgt
(4)

VOTO DE SAUDAÇÃO

108.º Aniversário do Grupo Recreativo do Cabeço de Montachique

Assinalou-se recentemente o 108.º aniversário do Grupo Recreativo do Cabeço de Montachique, uma das mais antigas e prestigiadas coletividades do concelho de Loures, cuja história se confunde com a própria identidade da comunidade que serve há mais de um século.

Fundado em 1918, o Grupo Recreativo do Cabeço de Montachique tem desempenhado um papel fundamental na promoção do associativismo, da cultura, do desporto, do recreio e da convivência entre gerações, constituindo-se como um verdadeiro espaço de encontro, partilha e participação cívica.

Ao longo destes 108 anos de existência, a coletividade soube preservar as suas tradições e valores fundacionais, adaptando-se simultaneamente aos desafios de cada época, mantendo uma intervenção ativa em prol da população local e contribuindo para o fortalecimento dos laços comunitários que caracterizam o movimento associativo português.

O Grupo Recreativo do Cabeço de Montachique representa também o trabalho dedicado de sucessivas gerações de dirigentes, associados, voluntários, atletas e colaboradores que, de forma generosa e desinteressada, colocaram o seu tempo e empenho ao serviço da coletividade e da comunidade.

Num tempo em que o associativismo enfrenta novos desafios, importa reconhecer e valorizar o papel insubstituível das coletividades na promoção da cidadania, da inclusão social, da cultura popular e da coesão territorial, sendo o Grupo Recreativo do Cabeço de Montachique um exemplo notável dessa missão.

Assim, os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Loures, reunidos na 7.ª Sessão Extraordinária, propõem deliberar:

1. Saudar calorosamente o Grupo Recreativo do Cabeço de Montachique pela celebração do seu 108.º aniversário;

16



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

2. Reconhecer o relevante contributo da coletividade para o desenvolvimento social, cultural, recreativo e desportivo da freguesia e do concelho de Loures;
3. Homenagear todos os seus dirigentes, associados, colaboradores e voluntários, passados e presentes, pelo trabalho desenvolvido ao longo destes 108 anos de história;
4. Desejar os maiores sucessos ao Grupo Recreativo do Cabeço de Montachique, para que continue a desempenhar a sua importante missão ao serviço da comunidade.

O presente voto, a ser aprovado, deverá ser remetido à:

- Direção do Grupo Recreativo do Cabeço de Montachique e divulgado nos meios habituais da Assembleia Municipal de Loures.

Loures, 11 de junho de 2026

Os eleitos do PPD/PSD

O Pacote Laboral não serve o país

Às dificuldades vividas por quem trabalha, pelos reformados e pensionistas, por via dos baixos salários, das miseráveis pensões de reforma, da precariedade e do aumento da exploração, acresce a deliberada degradação dos serviços públicos, em particular, do Serviço Nacional de Saúde, que exige investimento, valorização dos profissionais e reforço da capacidade de resposta pública.

O governo apresenta muitos planos, anuncia medidas que vão resolver problemas em 6 meses (como no caso do SNS, que há dois anos teve um plano de emergência) mas, ao invés de resolvidos, agravam-se e consequentemente pioram as condições de vida. Ao mesmo tempo, os salários e as pensões são cada vez mais curtos para chegar ao fim do mês, os horários de trabalho são desregulados, a precariedade continua a ser um flagelo, particularmente entre os jovens.

O aumento do custo de vida, que sofreu, desde o início do ano, significativos agravamentos, tem uma enorme escalada com a guerra dos EUA e Israel contra o Irão, sendo um exemplo claro de aproveitamento, de especulação e acumulação de mais e mais lucros.

O liberalismo económico já não sobrevive sem forças ultraconservadoras e sem um terreno de rompimento de direitos sociais e laborais que alterem profundamente a vida da maioria das pessoas: os trabalhadores. Dando corpo a este propósito e sem qualquer anúncio em programa eleitoral PSD e CDS avançam com o Pacote laboral centrado em cinco eixos:

- Aumento da precariedade laboral
- Intensificação dos mecanismos para baixar o valor da hora trabalhada e consequentemente o valor dos salários
- Introdução do Banco de Horas e desregulação dos horários de trabalho
- Destruição da contratação coletiva e aumento unilateral poder patronal
- Limitação da liberdade sindical e do direito à Greve.

As Greves Gerais foram sobre tudo isto. Sobre a necessidade de melhorar a vida, de distribuir de forma mais justa a riqueza que é produzida e que, em parte substancial, vai para os bolsos dos grandes accionistas que acumulam lucros recorde por via da intensificação da exploração.

Vastos sectores da sociedade rejeitam o Pacote Laboral e a consequente degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores que são afinal os que produzem a riqueza do País e que, com o seu trabalho, garantem o funcionamento do dia a dia de cada localidade e do país no seu todo.

Pese embora não ter tido qualquer aprovação em concertação social, o Governo insiste no Pacote Laboral, e transfere para a Assembleia da República, para os partidos a rejeição ou aprovação do mesmo.

Dia 18 de junho será o dia da votação. Rejeitar este Pacote Laboral será um forte contributo para impedir a intensificação da degradação das condições de quem vive e trabalha em Portugal, exigindo os direitos e os salários que garantam uma vida digna e o desenvolvimento do País.

A CDU solidária com a luta dos trabalhadores estará presente!